



EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: análise do currículo dos Cursos de graduação em Pedagogia nas Universidades públicas do Paraná

Franciele Lorenzi (autora 1); Giseli Monteiro Gagliotto (coautora)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE / Campus Francisco Beltrão – Paraná.
fran.lorenzi30@gmail.com

Resumo:

Este trabalho se refere à pesquisa inicial de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão/PR. Aborda as relações entre a formação de professores e a educação sexual, tema que permeia as atividades em todos os campos de atuação do/a pedagogo/a na instituição escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, de revisão bibliográfica e análise documental do currículo do curso de graduação em Pedagogia, nas universidades públicas do Paraná, acerca da sexualidade e Educação Sexual. Parte de uma leitura marxista de cunho crítico - dialético no sentido de verificar a presença de disciplinas relacionadas à sexualidade e a Educação Sexual no currículo das universidades a serem pesquisadas, e qual a relevância e limites que se apresentam como componentes curriculares na formação do/a pedagogo/a. A formação do profissional pedagogo/a requer uma estrutura organizacional adequada para a função docente, com objetivos e competências específicas, uma vez que, na elaboração do projeto político pedagógico do curso, a tendência é projetar um perfil profissional que manifeste concepções de homem, sociedade, educação, formação bem como um conjunto de conhecimentos relativos ao fenômeno educativo. Assim, a pesquisa pretende identificar se a presença ou ausência da sexualidade e Educação Sexual nas disciplinas contribuem para a prática pedagógica e para o exercício da docência do/a pedagogo/a.

Palavras – chave: Educação Sexual, Currículo, Formação de Professores, Cursos de Pedagogia.

EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: análise do currículo dos Cursos de graduação em Pedagogia nas Universidades públicas do Paraná

Franciele Lorenzi¹; Giseli Monteiro Gagliotto².

¹ Pedagoga e Mestranda em Educação na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão – PR. E-mail: fran.lorenzi30@gmail.com.

² Doutora, Coordenadora da Ação de Extensão e Docente do Curso de Pedagogia, no Centro de Ciências Humanas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão/PR. E-mail: giseligagliotto@ig.com.br.



*É fundamental diminuir a distância
entre o que se diz e o que se faz,
de tal forma que, num dado momento,
a tua fala seja a tua prática.*
Paulo Freire

Introdução

A sexualidade está presente em todo lugar, na sociedade, na roda de amigos, na família, na igreja e na escola. Mas, falar sobre o tema, ainda é um tabu revestido de preconceitos. É perceptível, através da prática do estágio supervisionado³ no Curso de Pedagogia, a dificuldade dos professores frente à Educação Sexual, a se despirem dos estereótipos, legitimamente, consolidados através dos tempos. Principalmente, porque falar sobre sexualidade não é só uma questão de conhecimento científico, mas envolve valores pessoais, morais, ideológicos ou religiosos no dia a dia da escola.

Salientamos que a escolha do objeto de pesquisa, ao que se refere à Educação Sexual nos currículos dos cursos de graduação em Pedagogia, advém da experiência como coordenadora pedagógica em instituição escolar, na eminência de atender as expectativas dos professores, trabalhando frente à Formação Continuada destes, dentre as várias funções atribuídas ao Pedagoga/a escolar. Também, se justifica por meio da prática como Docente Colaboradora na UNIOESTE de Francisco Beltrão, no Centro de Ciências Humanas / Curso de Pedagogia.

Através do Seminário Integrador, atividade realizada na disciplina de Prática de Ensino e Pesquisa sob a forma de Estágio Supervisionado, foi possível observar, a fragilidade dos/as professores/as regentes, em tratar os assuntos relacionados à Educação Sexual com os/as acadêmicos/as⁴. Identificamos que professores/as que atuam em sala de aula como regentes de turma e os/as acadêmicos/as do curso de graduação em Pedagogia da referida universidade, relatam dificuldades em lidar com as manifestações da sexualidade na escola, principalmente em relação à

³ Disciplina ministrada do 1º ao 4º ano, do curso de Pedagogia sob a nomenclatura de Prática de Ensino sob forma de Estágio Supervisionado, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE / Campus de Francisco Beltrão.

⁴Dados que foram relatados pelos alunos do Curso de Pedagogia, 1º ao 4º ano, em Seminário Integrador. Atividade realizada sob a coordenação da professora responsável pela disciplina de Prática de Ensino sob forma de Estágio Supervisionado, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE / Campus de Francisco Beltrão.



Educação Infantil. Diante disso, observamos que no campo escolar, a inclusão da temática Educação Sexual não vem sendo abordada por vários motivos, dentre eles, as principais queixas são a falta de formação e materiais didáticos que os ajudem a planejar. Os livros didáticos presentes na escola enfatizam a parte técnica e biológica, ou seja, o aparelho reprodutor, gravidez, DST e puberdade. No relato dos/as acadêmicos/as observamos que não se sentem preparados/as para abordar tal tema e sentem-se constrangidos/as quando questionados/as pelos/as alunos/as.

Segundo Mészáros (2008, p.77), a escola é uma das, ou a mais importante instituição, comprometida com a formação para a cidadania e a vida em sociedade e “os educadores também precisam ser educados”. Nesse sentido, a pesquisa visa responder a questões como: qual é o perfil do futuro professor, para que este possa, de forma efetiva, contribuir com práticas pedagógicas frente à Educação Sexual Emancipatória? Com qual concepção de Educação estão comprometidos? Qual é a concepção de educação e de homem/sujeito que norteiam o seu trabalho? Por que abordar Educação Sexual no Currículo dos Cursos de Pedagogia?

Segundo Saviani (2012), a educação é um ato político, não está dissociada das características da sociedade que está inserida. Dessa forma, entendemos e corroboramos com Gagliotto (2014) que para uma perspectiva emancipatória do ser humano, se pressupõe uma intervenção intencional frente à Educação Sexual, na formação de professores/as, no Curso de Pedagogia. Considerando que muitos dos/as acadêmicos/as da Universidade supracitada, cursam a graduação em Pedagogia e simultaneamente atuam e no cotidiano escolar, este trabalho visa responder se possíveis alterações curriculares podem contribuir na formação do/a pedagogo/a frente à uma intervenção política, cultural, social e intencional perante aos ideais normatizados. Bem como, uma reflexão da prática pedagógica quanto à ação docente.

Entendemos que a formação teórico - metodológica proposta pelo Curso de Pedagogia, pode auxiliar os/as professores/as pedagogos/as em suas práticas pedagógicas como uma forma de intervenção eficiente nas instituições escolares, para a legitimação da igualdade e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Pedagogia vista, segundo Saviani (2015), como uma ciência da e para a prática educativa, nos aponta o/a Pedagogo/a como sendo uma das chaves principais frente a uma Educação na perspectiva Emancipatória. Já o Curso de Pedagogia, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura no Art. 2º, 1º parágrafo, compreende

a docência como ação educativa e processo metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. (BRASIL, 2006, p. 1)

Considerando que Curso de Pedagogia, em 2006, passou por mudança política educacional como mencionado acima, compreendemos que o/a pedagogo/a quanto à ação docente, e consequentemente a escola, não são neutros frente à formação do/a aluno/a enquanto sujeito crítico e participativo na sociedade. Observamos, neste caso, uma grande amplitude quanto à formação de professores, na busca de conceitos inerentes ao que se refere “diferentes visões de mundo”, tendo em vista que na elaboração do projeto político pedagógico de um curso de graduação a tendência é projetar um perfil profissional que manifeste concepções de sujeito, sociedade, educação, formação bem como um conjunto de conhecimentos relativos ao fenômeno educativo.

A relevância em pesquisar a temática está baseada na compreensão da sexualidade como “uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura num processo histórico e dialético” (FIGUEIRÓ, 2014, p.48). A Educação Sexual, segundo a autora, compreende

toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja em nível de conhecimento de informações básicas, seja em nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual. (FIGUEIRÓ, 2014, p.44).

A sexualidade, por muitos anos, foi considerada um tema que deveria ser tratado com alguém muito íntimo e de forma reservada, não apresentando uma dimensão social, mas particular e pessoal. Por isso, corroboramos com Gagliotto (2009, p.63) quando aponta que “é a apropriação histórica e social da sexualidade humana que possibilita compreendê-la como dialética construída a partir das contradições políticas e econômicas, antropológicas e sociais”. Nesse sentido, consideramos que todas as transformações afetam as formas de viver e construir a sexualidade. Assim, precisamos compreender a sexualidade não apenas, como uma questão pessoal, mas social e política, e que é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.

Metodologia

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



Atualmente, a discussão sobre Educação Sexual, vem ocupando um espaço considerável no mundo acadêmico e na sociedade. Do ponto de vista do ensino, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n°. 9394/96) e mais especificamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN - 1997), a sexualidade está presente no currículo da rede pública numa perspectiva de orientação como tema transversal. Atualmente vivenciamos a construção de um novo documento, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁵. Neste documento, observamos que a Educação Sexual, contemplada nos PCNs, como um dos temas transversais, intitulada de "orientação sexual", atualmente, não é mensurada entre os chamados temas integradores do novo documento, ou seja, foi suprimida da BNCC. Os temas integradores, em substituição aos temas transversais, contemplam aspectos para além da dimensão cognitiva, dizem respeito à questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, dando conta da formação política, ética e identitária dos estudantes. Como pesquisadoras na área de Educação Sexual, corroboramos com Gagliotto e Lembeck (2011) quando afirmam que:

A educação sexual nos espaços educativos vem se apresentando como uma intervenção necessária, uma vez que contribui para a construção da personalidade dos indivíduos e oportuniza questionamentos, reflexões e discussões que resgatam a marca humana da sexualidade: amor, afeto, qualidade nas relações sexuais e sociais (p. 93-94).

Nesse sentido, a supressão da Educação Sexual da BNCC, nos impacta diretamente, já que todos os outros temas antes classificados como transversais pelos PCNs ganharam equivalentes.

Levando em consideração que as mudanças na Educação Básica também incidem no Ensino Superior, mais estritamente na formação de professores no curso de graduação em Pedagogia, em sua atuação docente, nosso recorte epistemológico para a investigação se dará nas universidades públicas do Paraná. O processo percorrido no mestrado até então, proporcionou um novo estudo dos passos a serem seguidos na pesquisa. Inicialmente, os procedimentos metodológicos a serem adotados, foram elencados de forma a identificar quantas universidades públicas há no estado do Paraná, bem como identificar o currículo do curso de graduação em Pedagogia em cada uma das universidades articulada à revisão bibliográfica de produções científicas que abordam a sexualidade e Educação Sexual, bem como nas disciplinas presentes no curso em questão. O aperfeiçoamento da escolha da leitura marxista e método de análise crítico - dialético, foram possíveis através do

⁵ O documento Base Nacional Comum Curricular, está em processo de construção, com previsão de relatório final para junho de 2016. Atualmente acontecem os debates estaduais. Está disponível no endereço eletrônico <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>.



entendimento que a sexualidade é uma construção histórica de emaranhados interesses sociais, econômicos e políticos.

O objetivo geral da pesquisa está em investigar em que medida a presença ou ausência de componentes curriculares, relativos à sexualidade e a Educação Sexual, no Curso de graduação em Pedagogia, contribuem para a ação docente do/a pedagogo/a. Nesse sentido, pretendemos identificar se a presença ou ausência da sexualidade e Educação Sexual nas disciplinas contribuem para a prática pedagógica e para o exercício da docência do/a pedagogo/a.

Resultados e Discussão

Apesar de ações e documentos, como supracitados, as políticas públicas ainda estão distantes da realidade do cotidiano escolar. No Brasil (como nos mostra uma pesquisa realizada pela UNESCO, em 2004, intitulada “Juventudes e Sexualidades”), muitos professores se sentem despreparados para falar sobre sexualidade e preferem não abordar a temática, afirmam não ter conhecimento suficiente. Também pudemos observar, nos estágios de regência obrigatórios, do Curso de graduação em Pedagogia, na UNIOESTE, especificamente no 3º e 4º ano, que na rotina do trabalho interativo com os alunos, tanto os futuros professores como os professores regentes, revelam dificuldades frente à sexualidade, através dos seus medos, preconceitos e tabus, principalmente quando se trata da Educação Infantil.

Neste sentido, corroboramos com Gagliotto (2014, pg. 160), ao apontar que os/as professores/as “geralmente não assumem que estejam educando sexualmente, assim como a criança também não tem consciência de que está recebendo influências da educação sexual”, no qual estão ocultas atitudes desinformadas, medrosas e muitas vezes discriminatórias. Silva (2001, p. 232), complementa, através de uma grade conceitual sobre a sexualidade, citando Freud, “a culpa atribuída aos adultos talvez não seja de todo merecida. Afinal estes acabam reproduzindo a educação que tiveram, sem contar que também lhes falta muito esclarecimento”.

No que se refere à formação de professores, segundo Saviani (2012), as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (2006), não nos deixa clara as especificidades do Curso em questão, e nos abre um campo muito amplo quanto aos componentes curriculares. As Universidades, neste sentido, terão dificuldades frente à amplitude para a estruturação do Curso de Pedagogia, que nos parece, a primeira impressão, impregnados do espírito dos chamados novos



paradigmas que prevalecem na cultura contemporânea, principalmente na educação. O resultado coloca-nos diante de um paradoxo:

as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia são, ao mesmo tempo, extremamente restritas e demasiadamente extensivas: muito restritas no essencial e assaz excessivas no acessório. São restritas no que se refere ao essencial, isto é, àquilo que configura a pedagogia como um campo teórico-prático dotado de um acúmulo de conhecimentos e experiências resultantes de séculos de história. Mas são extensivas no acessório, isto é, dilatam-se em múltiplas e reiterativas referências à linguagem hoje em evidência, impregnada de expressões como conhecimento de mundo; interdisciplinaridade, contextualização, democratização; ética e sensibilidade afetiva e estética; exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas; *diversidade*; diferenças; *gêneros*; faixas geracionais; *escolhas sexuais* [...]. (SAVIANI, 2012, p. 58).⁶

Através destas constatações, ressaltamos a necessidade de pesquisar, de que maneira e em que medida, a Educação Sexual está presente ou não, nos componentes curriculares do Curso de Pedagogia.

É importante ressaltar que falar sobre sexualidade não é só uma questão de conhecimento, é uma questão de valores pessoais, morais, ideológicos e religiosos no dia a dia da escola. E como ponto de partida, Figueiró (2014), nos aponta que é fundamental conhecer o que pensam os professores e futuros professores sobre a Educação Sexual, levando em consideração, suas ideias, opiniões, conhecimentos, necessidades e experiência a respeito. Appel (2006) complementa que através da análise de como as categorias do senso comum que usamos para pensar a própria base do que somos, bem como os modos de aperfeiçoamento que derivam delas, também são aspectos da configuração hegemônica de uma construção de cultura dominante.

No que se refere ao Currículo, Appel (2006, p. 182), nos remete a compreender qual é a ideologia por traz deste documento, quais são as intenções e qual é o sujeito - neste caso o professor, que o Curso de Pedagogia quer formar. O autor nos aponta que do ponto de vista crítico, temos duas implicações: “primeiro, qualquer matéria sob investigação deve ser vista em relação as suas raízes históricas – como evoluiu, de que condições surgiu, etc. – e as suas contradições e tendências latentes no futuro”. Considerando que o mundo está em contínua transformação, conseqüentemente o homem também se transforma à medida que transforma a natureza. As contradições, o movimento e o desenvolvimento são normas para qualquer instituição escolar, inclusive as Universidades a qual pretendemos fazer o nosso recorte para análise. Assim,

⁶ Grifos nosso.



entendemos que as instituições escolares / universitárias envolvem relações de poder e, portanto, são instituições políticas. O segundo ponto, ao qual o autor se refere é que “qualquer coisa que se examinar define-se não apenas, por suas características óbvias, mas também por seus laços menos explícitos a outros fatores”. Os documentos oficiais que regem a educação institucionalizada escolar pública, foram constituídas por pessoas e, portanto, as pessoas podem mudá-los.

Nessa direção, a presente proposta de investigação pautar-se-á na análise crítico - dialética, tendo como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético, pelo fato de acreditar-se que este, possibilita a apreensão da realidade humana como complexa e necessária de ser estudada e compreendida em seus mais diversos e contraditórios aspectos. Reconhecemos a Sexualidade para além do biológico e reprodutiva, presente desde a nossa concepção até a morte.

Conclusões

As iniciativas de inclusão da Educação Sexual no currículo da Educação Básica, em 1997, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) sempre estiveram ligadas à preocupação social e moralizante. Mesmo com o avanço das conquistas dos profissionais de educação para a inclusão nos temas transversais, intitulado “Orientação Sexual”, a abordagem da sexualidade nas escolas se configurou de forma biologista, voltada à higiene, aos cuidados com o corpo e a prevenção contra às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), mais especificamente a AIDS.

A partir de 1990, com a Revolução Sexual, como nos aponta Silva (2001) e Gagliotto (2009), observamos uma perda significativa de valores de uma moral enraizada na tradição cristã e à ascensão das sociedades permissivas, que começaram a aceitar uma maior liberdade e experimentação sexual que se espalharam por todo o mundo, fenômeno este sintetizado pela expressão “amor livre”. A sexualidade passou a ter uma conotação consumista exposta pela mídia, mercantilizando o corpo com uma sensualidade estereotipada através da pornografia, novelas, propagandas entre outros. Compreendemos que esse modelo não está presente nas instituições escolares, e por isso, corroboramos com Gagliotto quando adverte "que o educador deve ter capacidade crítica para contrapor-se a esse modelo, que motiva e excita diariamente crianças e adolescentes, para que seja possível pensar a sexualidade de maneira emancipatória" (GAGLIOTTO, p. 70).

Através destas constatações, ressaltamos a necessidade de pesquisar, de que maneira e em que medida, a Educação Sexual está presente ou não, nos componentes curriculares do Curso de



graduação em Pedagogia. Recentemente, ano de 2014 e 2015, nos deparamos com as discussões de grande embate na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos Planos Estaduais (PEEs) e Municipais (PMEs) com relação à inserção do termo gênero e, que sob influência de grupos conservadores e fundamentalistas, membros presentes na Câmara dos Deputados, no Senado e nas várias bancadas legislativas estaduais e municipais, conseguiram fazer com que o termo gênero fosse retirado dos Planos de Educação.

Temos conhecimento de que a Educação Sexual é uma tarefa difícil, porém necessária, uma vez que, através da prática educativa, contribuimos para a prevenção de situação preconceituosas presentes na sociedade, no que se refere a sexualidade. É preciso oportunizar o resgate da sexualidade como uma marca humana, na perspectiva de emancipação humana, contribuindo para a constituição da personalidade de todos os sujeitos envolvidos.

Referências

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**; Tradução Vinicius Figueira. – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. (2006). **Resolução CNE/CP n. 1/2006, de 15/05/2006**. *Diário Oficial da União*, de 16/05/2006, Seção 1, p.11. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acessado em 02 de novembro de 2015.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. – 2. ed. – Londrina: Eduel, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. 25. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Tradução de Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA E A PEDAGOGIA DA INFÂNCIA: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias**. 2009. 245 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: Matrizes Institucionais, Disposições Culturais, Potencialidades e Perspectivas Emancipatórias.** Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** – 2. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção memória da educação)

SILVA, Edna Aparecida da. **Filosofia, Educação e Educação Sexual: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da Sexualidade Humana.** 2001. 300 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ABRAMOVAY, Miriam; Castro, Mary Garcia e Silva, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade.** Brasília: UNESCO Brasil, 2004.